







# LÍNGUA PORTUGUESA

# QUESTÕES DE 1 A 15

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

## AS QUESTÕES DE 1 A 14 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO

### TEXTO

1 Austeridade ou o caos. Esse tem sido o tom do debate público nacional. Como se austeridade fosse ato  
2 heroico cuja alternativa é o inominável. Austero, etimologicamente, é qualidade de seco, amargo ou rude, sabores  
3 que produzem sensação desagradável. Em associação com o ascetismo filosófico, austeridade ganha tons mais  
4 respeitáveis, quando se refere a formas de vida que rejeitam prazeres mundanos em favor de prazeres espirituais.  
5 No limite, contudo, pode levar à automortificação ritual, renúncia severa ao que ordinariamente entendemos como  
6 a vida e seus prazeres. Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como  
7 horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica. A palavra chave é  
8 viabilidade.

9 Realizações pessoais ou coletivas, como vida saudável, conhecimento, expressão cultural, segurança,  
10 mobilidade, foram apropriadamente convertidas em direitos de cidadania nas democracias modernas e o Estado,  
11 convertido em seu guardião e fiador. No exercício dessa responsabilidade, governos não podem desconsiderar  
12 indicadores financeiros, mas não devem esquecer sua função meramente indiciária, não os confundindo com os  
13 objetivos finais da ação pública. A pergunta companheira do governante é sempre: que margem de liberdade tenho  
14 eu para cumprir os objetivos que me foram delegados? Para o governante imaginativo de Maquiavel, aquele que  
15 passava a perna na sorte, a pergunta é ainda mais comprometedora: que margem de liberdade tenho para expandir  
16 as margens de liberdade para cumprir os objetivos que me foram atribuídos?

17 Felizmente, não é preciso contar exclusivamente com a inventividade do governante. Há o exemplo.  
18 Sabe-se pela experiência histórica internacional e mesmo por experimentos nacionais recentes que a política social  
19 tem parte com a sua viabilidade financeira. E mais: não apenas ela se paga como é capaz de catapultar países para  
20 patamares elevados de desenvolvimento. Essa, por exemplo, é boa parte da história do desenvolvimento de países  
21 europeus, virtualmente destruídos no pós-guerra. Mas é também parte da história do arranque de economias  
22 periféricas no mesmo período. Desenvolvimento tem aspectos muito variados de economia política: envolve  
23 padrões de produção (que bens produzir) e de consumo (qual a divisão consumo público-consumo privado, que  
24 diferentes itens de consumo), de distribuição (instituições que regulam a distribuição dos frutos entre diferentes  
25 agentes econômicos) e redistribuição (divisão público-privado da propriedade da riqueza, redistribuição no âmbito  
26 da esfera privada, via tributação e transferências/subsídios). A política social incide sobre boa parte deles, o que  
27 nem sempre é notado.

28 Para nos atermos ao caso brasileiro, o surto de crescimento dos últimos anos decorreu de expansão do  
29 consumo doméstico de massas e esse foi em boa parte impulsionado pela política social, com intervenções como  
30 valorização do salário mínimo e transferências governamentais de renda. Ou seja, a política social ao contribuir  
31 para o incremento do produto acabou por contribuir para a sua viabilidade financeira. Contudo, uma análise  
32 detalhada dos itens da demanda nos quais se decompõem o crescimento do produto revela que o consumo público  
33 como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe  
34 do crescimento. Ora, o consumo público não é ganância do governo, mas, essencialmente, gasto social: com  
35 educação, saúde, merenda escolar, cultura, e tantos outros serviços que o governo entrega para a cidadania,  
36 também chamados de bens públicos de consumo individual (diferentemente da defesa ou da administração da  
37 justiça, que são bens públicos de consumo coletivo). Essa parece a aposta ainda a fazer: satisfazer necessidades  
38 sociais de um modo que expanda os recursos para isso. É uma lógica de investimento ainda pouco difundida no  
39 debate público brasileiro.



40 Considere o déficit evidente que há na oferta de serviços sociais públicos como educação e saúde. O  
41 Anuário Brasileiro de Educação Básica (2013) estimava em um quarto de milhão o déficit de professores no  
42 ensino fundamental e médio, com os níveis atuais de cobertura. A expansão dessa cobertura para os patamares do  
43 II Plano Nacional de Educação permite prever déficit ainda maior. Um estudo do Banco Mundial citado nesse  
44 relatório estimava em quase dois milhões a demanda ainda não atendida por vagas em creches no Brasil, o que  
45 multiplica esse déficit por pelo menos dois. O exemplo da educação facilmente se estenderia à saúde, onde o  
46 déficit de pessoal é evidente, e a várias outras áreas incluídas na rubrica de bens públicos sociais. O crescimento  
47 do produto e da renda puxado por esses bens teria efeitos não apenas sobre o crescimento-com-atendimento-de-  
48 necessidades-sociais, mas também sobre a qualidade da força de trabalho e as possibilidades de realização dos  
49 cidadãos. Para ficarmos nos efeitos econômicos apenas, curiosamente se usa a terminologia capital humano para  
50 se referir ao acúmulo rentabilizável de conhecimentos e capacidades nas pessoas, mas se rejeita ou se negligencia  
51 a óbvia dimensão de investimento que deveria vir associada aos meios de expansão de conhecimentos e  
52 capacidades humanas, como são a educação e a saúde. Uma associação bastante evidente é entre esse tipo de  
53 investimento e a capacidade para inovação, de que nos dá exemplo a experiência de países do norte da Europa e  
54 do leste da Ásia.

55 Em conjuntura adversa e tendo em mente o princípio da viabilidade, isto é, como financiar o  
56 investimento social (que complementaria o esforço de redistribuição feito em década recente), não há como  
57 escapar da questão tributária. O tamanho da redistribuição necessária para a universalização de bens sociais  
58 públicos, que de quebra nos traga uma perspectiva de crescimento sustentado com baixos patamares de  
59 desigualdade, há de requerer um esforço tributário maior que o que temos, e com níveis de progressividade  
60 substancialmente maiores, essa, uma mudança estrutural de primeira monta. Sabidamente, nossa tributação é uma  
61 das menos progressivas do mundo: o imposto de renda tem participação minoritária na carga (em comparação  
62 com os regressivos impostos indiretos) e sobre ele incide a mais baixa alíquota máxima do mundo (10 pontos  
63 abaixo da americana, 7,5 pontos abaixo da chilena e vai por aí afora), não temos imposto sobre grandes fortunas  
64 e o imposto sobre herança é desprezível (4% no país, contra 40% no Reino Unido), o IPTU não tem  
65 progressividade e o ITR não é efetivo, não temos tributação sobre lucros e dividendos e nos tornamos o país dos  
66 CNPJ, o que reduz a base do nosso único imposto progressivo. Financiamos nossa política social com tributos  
67 regressivos e usamos o argumento do tamanho da carga tributária como escudo para blindar os altos ganhos contra  
68 o que seria sua justa contribuição.

69 De todo modo, inadmissível fazer o ajuste fiscal incidir sobre o gasto social, educação em especial. No  
70 pior da crise, os países da OCDE aumentaram o gasto social como proporção do PIB e protegeram seus sistemas  
71 educacionais contra assaltos fiscalistas: com raras exceções, os gastos em educação seguiram aumentando. É hora  
72 de aproveitar da crise anunciada para uma virada na estrutura de financiamento dos direitos sociais e rumo ao  
73 investimento social.

POR: Por Celia Lessa Kerstenetzky

FONTE: <https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/A-utopia-neoliberal-o-capitalismo-contra-a-democracia>

1



- 01)** Constitui uma informação com respaldo no texto a explicitada na alternativa
- (A) Em qualquer das vertentes explicativas para a austeridade, o que se quer enfatizar é a ausência de mecanismos institucionais eficientes, que reflitam o reconhecimento dos direitos sociais a partir de uma melhor distribuição dos bens públicos com o fim de minimizar a desigualdade social.
- (B) Os países da Europa que optaram por preservar e/ou fortalecer suas políticas sociais de caráter universal não só foram capazes de mitigar os efeitos de crises como retomaram o crescimento econômico, não ocorrendo o mesmo com outros países.
- (C) O atual tempo aponta para o desafio do cumprimento de metas fiscais rigorosas para que se obtenha redução de desigualdades sociais.
- (D) A adoção da prática de cobrança de tributos progressivos tem minimizado o avanço das desigualdades sociais.
- 02)** Quanto à linguagem do texto, é correto afirmar:
- (A) Apresenta-se articulada com os acontecimentos, mas de forma invariavelmente linear.
- (B) Foi usada para explicar a si mesma, na tentativa de tornar evidente a significação de vários termos.
- (C) É marcada pela objetividade, uma vez que inexistente a participação da enunciadora do discurso nos acontecimentos.
- (D) É referencial, uma vez que o objetivo da articulista é também informar sobre a necessidade de um crescimento sustentado com índice pequeno de desigualdade.
- 03)** Há correspondência modo-temporal entre a forma verbal composta “tem sido” (L.1) e a simples
- (A) foi
- (B) fosse
- (C) é
- (D) era
- 04)** Considerando-se o contexto, há correspondência entre o trecho citado e o que dele se afirma na alternativa
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), de acordo com o novo acordo ortográfico vigente no Brasil, é opcional o acento no ditongo *oi* da sílaba tônica por ser palavra paroxítona, diferenciando-se da palavra *herói*, na qual é obrigatório o uso do acento.
- (B) “mundanos em favor de prazeres espirituais” (L.4) estabelece o limite entre duas esferas sociais antagônicas.
- (C) “mesmo” (L.18) e “mesmo” (L.22) expressam valores semânticos iguais.
- (D) “Ou seja” (L.30) expressa retificação.
- 05)** Há predicado verbal na oração da alternativa
- (A) “Esse tem sido o tom do debate público nacional.” (L.1).
- (B) “esse foi em boa parte impulsionado pela política social” (L.29).
- (C) “o consumo público não é ganância do governo” (L.34).
- (D) “o ITR não é efetivo” (L.65).
- 06)** Exerce a mesma função sintática do termo “terminologia” (L.49) a expressão
- (A) “ato” (L.1).
- (B) “objetivos” (L.14).
- (C) “parte” (L.26).
- (D) “tributação” (L.60).
- 07)** No que se refere aos recursos da língua usados no texto, está correto o que se afirma em
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), o “h” não representa uma consoante brasileira.
- (B) O pronome “se”, em “ela se paga” (L.19), indica reflexibilidade, assim como em “Sabe-se” (L.18).
- (C) “isto é” (L.55) é um elemento de coesão textual que introduz, no contexto, uma retificação.
- (D) “da crise” (L.72) sintaticamente desempenha a mesma função de “da questão tributária” (L.57).



**08)** O verbo é uma importante marca linguística do discurso, que expressa diferentes ideias e, através de suas flexões, informa voz, pessoa, modo, tempo e número em que está sendo usado, além de outra categoria: o aspecto.

A partir dessa informação, está correto o que se afirma sobre a forma verbal transcrita em

- (A) “permite prever” (L.43) é uma locução verbal que faz parte de uma oração optativa.
- (B) “estimava” (L.44) expressa uma ação habitual no passado.
- (C) “teria” (L.47) indica a certeza de fato passado mediante certa condição.
- (D) “são” (L.52) está no plural, concordando com “conhecimentos e capacidades” (L.50).

**09)** Marque a alternativa que contém a afirmação correta sobre a correlação existente entre o termo transcrito e o que se afirma dele.

- (A) “delegados” (L.14), no contexto, funciona como adjetivo com flexão de gênero masculino e flexão de número plural.
- (B) A expressão “exemplo” (L.17) mudará de função sintática caso haja a substituição dessa forma verbal pela sua correlata *existe*, por exemplo, *existe o exemplo*.
- (C) “quase” (L.44) expressa ideia de inclusão.
- (D) “onde” (L.45), pode ser trocado por “que” sem prejuízo de natureza gramatical.

**10)** A base primária de formação das palavras “automortificação” (L.5) e “redistribuição” (L.25), respectivamente, é

- (A) Adjetivo e substantivo.
- (B) Substantivo e substantivo.
- (C) Adjetivo e verbo.
- (D) Substantivo e verbo.

**11)** Há ocorrência de ditongo, dígrafo, hiato e encontro consonantal, respectivamente, em

- (A) “foram” (L.10) “mundanos” (L.4) – “caos” (L.1) – “prazeres” (L.6).
- (B) “caos” (L.1) – “chave” (L.7) – “países” (L.20) – “renda” (L.47).
- (C) “médio” (L.42) – “massas” (L.29) – “aí” (L.63) – “incidir” (L.69).
- (D) “período” (L.22) – “máxima” (L.62) – “saúde” (L.45) – “sistemas” (L.70).

**12)** Exerce a mesma função de “de vida” (L.4) a expressão

- (A) “do governante” (L.13).
- (B) “do consumo” (L.28/29).
- (C) “de renda” (L.61).
- (D) “dos direitos sociais” (L.72).

**13)** Quanto aos recursos linguísticos usados no texto, é correto o que se afirma em

- (A) “Sabe-se” (L.18) é uma forma verbal que se apresenta na mesma voz que “quando se refere a formas de vida” (L.4).
- (B) “o”, em “Há o exemplo” (L.17) e “o”, em “o que multiplica esse déficit por pelo menos dois” (L.44/45), pertencem a classes morfológicas distintas.
- (C) “que” e “que”, em “que o consumo público como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe do crescimento” (L.32/34), são, do ponto de vista morfológico, iguais.
- (D) “pagar” (L.19) apresenta-se com a mesma regência (predicação) que “traga” (L.58).



14)

“Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica.” (L.6/7).

No período acima,

- (A) evidencia-se uma conformidade.
- (B) determina-se uma causa.
- (C) há uma concessão.
- (D) estabelece-se uma condição.

**A QUESTÃO 15 ESTÁ  
RELACIONADA AO TEXTO ABAIXO**

**TEXTO**



- 15) Nessa peça publicitária, a única afirmativa **sem comprovação no texto** é a de que há
- (A) descompromisso com a associação dos objetivos do negócio à responsabilidade socioambiental.
  - (B) consciência de o mínimo na natureza pode acarretar consequências proporcionalmente elevadas.
  - (C) preocupação com a natureza.
  - (D) certeza de que é preciso fazer algo em prol do desenvolvimento sustentável.





(D) I, II e III.

## LEGISLAÇÃO DO SUS

## QUESTÕES DE 16 A 20

**16)** Com base na Lei 8080/90, julgue as afirmativas abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- ( ) A definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde é atribuição comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- ( ) As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso.
- ( ) Os Conselhos de Saúde terão a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A sequência correta é:

- (A) V F F,
- (B) F V V.
- (C) F F V.
- (D) V V F.

**17)** A instituição dos conselhos de saúde atende à exigência legal estabelecida para o repasse de recursos financeiros, estaduais ou federais, ao setor Saúde.

Analise as características abaixo:

- I. É uma instância colegiada do Sistema Único de Saúde (SUS).
- II. Reúne-se a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes
- III. Tem sua organização e normas de funcionamento definidas em lei específica, aprovadas pelo Ministério da Saúde.

São características dos Conselhos de Saúde:

- (A) apenas a afirmativa I.
- (B) apenas a afirmativa III.
- (C) apenas as afirmativas I e II.

**18)** O Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pela conjugação das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados pelos entes federativos, de forma:

- (A) direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma regionalizada e hierarquizada.
- (B) direta ou indireta, mediante a participação suplementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma centralizada.
- (C) indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma centralizada.
- (D) direta, mediante a participação suplementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma regionalizada e hierarquizada.

**19)** Com base no Decreto 7508/2011, é correto afirmar que as Regiões de Saúde serão instituídas:

- (A) pela União, pelo Estado, e pelos Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Nacional de Saúde.
- (B) pelo Estado, em articulação com os Municípios, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT.
- (C) pelo Município, em articulação com os Estados e a União, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas com o Ministério da Saúde.
- (D) pela União, respeitadas as diretrizes gerais pactuadas no Conselho Nacional de Saúde.





- 20)** Em relação ao Sistema de Planejamento do SUS, é incorreto afirmar que:
- (A)** É representado pela atuação contínua, articulada, integrada e solidária do planejamento das três esferas de gestão do SUS.
  - (B)** Desenvolver e implementar uma rede de cooperação entre os três entes federados, que permita um amplo compartilhamento de informações e experiências é um dos objetivos específicos do Sistema de Planejamento do SUS.
  - (C)** São instrumentos básicos do Sistema de Planejamento do SUS: o Plano de Saúde e a respectiva Programação Anual em Saúde; e o Relatório de Gestão.
  - (D)** A Programação Pactuada Integrada é o instrumento básico que, em cada esfera, norteia a definição da Programação Anual das ações e serviços de saúde prestados, assim como da gestão do SUS.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÕES DE 21 A 40**

**21)** [...] Para efetivar a chamada \_\_\_\_\_ é fundamental para qualquer \_\_\_\_\_ ater-se para o fato de que não se encontra isolada de outras profissões, além disso, ter a plena \_\_\_\_\_ de que para bem interagir com as mesmas, é sempre necessário saber \_\_\_\_\_ e ser competente em seu campo. Este é um elemento fundamental para que haja, de fato, troca entre os \_\_\_\_\_ – o que define a \_\_\_\_\_ [...] (CARVALHO, 2012).

Marque a alternativa que completa corretamente as lacunas:

- (A)** Rede Socioassistencial – ser humano – convicção – interagir – profissionais – rede
- (B)** Interdisciplinaridade – ser humano – pessoa – definir – limitar – profissionais – equipe
- (C)** Interdisciplinaridade – profissão – consciência – definir – saberes – equipe interdisciplinar
- (D)** Rede Intersetorial – profissão – pessoa – convicção – limitar – mesmos – intersectorialidade

**22)** [...] é o conjunto de serviços do território com os quais os serviços da rede socioassistencial precisa interagir para atuar, ampliando a perspectiva do cuidado e visando a atender à complexidade das demandas de cada caso. É formada pelos profissionais ligados às diferentes políticas setoriais, tais como saúde, educação, segurança alimentar, habitação, cultura, direitos humanos, entre outras [...] (AVANCI, FERRO E JACOBINA, 2018).

O conjunto de serviços descritos é chamado de:

- (A)** Rede intersetorial
- (B)** Rede
- (C)** Rede socioassistencial
- (D)** Trabalho em rede

**23)** [...] criou o Serviço Social de Casos, pelo qual o assistente social através de técnicas diversas, como visitas domiciliares, entrevistas e reuniões realizava sugestões e orientações ao indivíduo e às instituições que o cercavam, buscando resolver aquele caso através do apoio ao desenvolvimento individual complementado com algum tipo de ajuda material. Publicou livros importantes no início do século XX que abordavam o Serviço Social de Casos e as técnicas utilizadas pelos assistentes sociais, como o diagnóstico social. Dentre suas obras, se destaca o livro Diagnóstico Social, publicado em 1917 [...] (ABADE, 2015).

A citação se refere à qual figura importante do Serviço Social:

- (A)** São Vicente de Paulo
- (B)** São Tomás de Aquino
- (C)** Mary Ellen Richmond
- (D)** Frederico Ozanam

**24)** [...] Toda profissão surge a partir da emergência de alguma demanda social que a faz necessária. As profissões são criadas e legitimadas no interior das sociedades e buscam suprir a ausência de ações e atividades que possam solucionar problemas ou melhorar a vida das pessoas. O surgimento do Serviço Social enquanto uma profissão não foi diferente. O Serviço Social surgiu a partir da necessidade de se aprimorar ações de caridade e transformá-las em práticas eficazes e competentes que pudessem minimizar mazelas sociais. A respeito da origem do Serviço Social, Estevão (2013, pp. 15) explica: [...] como e por que ou para que surge uma profissão. Em primeiro lugar é quando ela se torna socialmente necessária e as práticas profissionais se gestam no labor cotidiano. Antes de serem instituídas, as profissões se legitimam pela sua eficácia social e/ ou política. [...] O Serviço Social também começou assim [...] (ABADE, 2015).



Sendo assim, podemos dizer que a origem do Serviço Social como profissão, tem como marca profunda:

- (A) A fenomenologia
- (B) O socialismo
- (C) A economia mista
- (D) O capitalismo

**25)** A Política Nacional do Idoso tem como princípios, EXCETO:

- (A) A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida
- (B) As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil não serão observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei
- (C) O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos
- (D) O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política

**26)** Na implementação da Política Nacional do Idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos na área de cultura, esporte e lazer, EXCETO:

- (A) Incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais
- (B) Propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preço integral, em âmbito nacional
- (C) Valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural
- (D) Incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade

**27)** A equipe de saúde e/ou os empregadores, frente às condições de trabalho e/ou falta de conhecimento das competências dos assistentes sociais, tem historicamente requisitado a eles diversas ações que não são atribuições dos mesmos, a saber, EXCETO:

- (A) Solicitação e regulação de ambulância para remoção e alta
- (B) Fortalecer os vínculos familiares, na perspectiva de incentivar o usuário e sua família a se tornarem sujeitos do processo de promoção, proteção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde
- (C) Identificação de vagas em outras unidades nas situações de necessidade de transferência hospitalar
- (D) Pesagem e medição de crianças e gestantes

**28)** São princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), EXCETO:

- (A) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência
- (B) Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos
- (C) Capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência
- (D) Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais

**29)** [...] A década de 1990 confere maturidade teórica ao Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social brasileiro que, no legado marxiano e na tradição marxista, apresenta sua referência teórica hegemônica. Enfeixa um conjunto de leis e de regulamentações que dão sustentabilidade institucional, legal, ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo [...] (PIANA, 2009).

Das leis abaixo, qual não condiz com a realidade apresentada pela autora?

- (A) O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) em 2012
- (B) Novo Código de Ética Profissional de 1993 e a nova Lei de Regulamentação da Profissão em 1993



- (C)** As Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996
- (D)** As legislações sociais que referenciam o exercício profissional e vinculam-se à garantia de direitos como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a Lei Orgânica da Saúde em 1990
- 30)** Os serviços socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são organizados segundo as seguintes referências:
- (A)** Vigilância Social e Diagnóstico Social
- (B)** Fluxo da Rede Socioassistencial e Intersetorial e Proteção Social
- (C)** Vigilância Social, Proteção Social, Defesa Social e Institucional
- (D)** Controle Social e Financiamento
- 31)** O registro do Acompanhamento Familiar no SICON indica que uma família em situação de vulnerabilidade e/ou risco social está acessando os serviços socioassistenciais no município. Esse registro trata-se de um resumo das informações referente ao atendimento/acompanhamento que está sendo ou foi ofertado pela rede de proteção social à família. Este registro compreende:
- (A)** Informações gerais sobre a família – Equipes da Rede local
- (B)** Informações gerais sobre a família – Situações identificadas – Atividades realizadas – CRAS/CREAS ou Equipe técnica local
- (C)** Informações gerais sobre a família – Equipes da Saúde e Educação – Atividades realizada
- (D)** Informações gerais sobre a família e seu histórico junto à rede – Situações identificadas – Atividades realizadas
- 32)** [...] é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional – especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais. Tem sido utilizado nas mais diversas áreas da intervenção do Serviço Social, sendo instrumento fundamental no trabalho do assistente social que atua no sistema judiciário [...] (CFESS, 2005).

O instrumento de trabalho do Serviço Social descrito é:

- (A)** Parecer Social
- (B)** Estudo Social
- (C)** Relatório Social
- (D)** Laudo Social
- 33)** O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagem individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas, EXCETO:
- (A)** Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional e de modo que contribua com as questões ambientais
- (B)** Recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional
- (C)** Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas
- (D)** Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado
- 34)** [...] Nas palavras da autora: quando falamos em gestão social estamos nos referindo à gestão das ações sociais públicas. A gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas (CARVALHO, 1991, p. 19). Considerando o acima exposto, entendemos que o planejamento, a execução e a avaliação das ações realizadas são momentos que constituem – ou deveriam – uma unidade no contexto denominado de gestão social. É neste âmbito de reconhecimento das mais variadas expressões da “questão social” que o planejamento aparece como ferramenta de acesso aos direitos por meio de planos, programas e projetos [...] (BERTOLLO, 2016).



Baseado nestas informações, podemos dizer que o modelo de planejamento que possui maior vinculação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social é:

- (A) Planejamento Estratégico
- (B) Planejamento Coletivo
- (C) Planejamento Participativo
- (D) Planejamento em Rede

**35)** “Um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, é manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista” (Marx, 1984, p. 187 apud Silva, 2007, p.283). Este complexo social é chamado de:

- (A) Questão social
- (B) Problemas sociais
- (C) Políticas públicas
- (D) Políticas sociais

**36)** São linhas de ação da política de atendimento da criança e do adolescente:

- I. Políticas sociais de média e alta complexidade;
- II. Serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
- III. Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV. Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V. Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- VI. Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;
- VII. Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Baseado nas informações acima, marque a alternativa correta:

- (A) II, IV e VII são falsas
- (B) I é falsa
- (C) I, III, IV e VI são verdadeiras
- (D) I, V e VII são verdadeiras

**37)** A alteração promovida no Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei Nº 13.509/2017 trouxe marcos importantes para a infância e adolescência, EXCETO:

- (A) O prazo máximo para a conclusão do processo e da habilitação para a adoção passou de 160 dias e para o estágio de convivência passou a ser de 120 dias
- (B) A redefinição do tempo de acolhimento de até dois anos para 18 meses (um ano e meio)
- (C) O apadrinhamento afetivo como um direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária quando não for possível sua reintegração familiar ou colocação em família extensa ou substituta (guarda, tutela ou adoção), que deve ser apoiado pela Justiça da Infância e da Juventude e pode ser executado por órgãos públicos ou da sociedade civil
- (D) A garantia da convivência integral da criança com sua mãe adolescente enquanto estiverem em acolhimento institucional

**38)** Por proteção social especial compreende-se:

- (A) É um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território
- (B) Conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários
- (C) Unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias



- (D)** Conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos
- 39)** As medidas socioeducativas com maior grau de restrição de direitos são aplicadas ao adolescente que praticou ato infracional proporcionalmente mais grave. Implicam em privação total da liberdade, com cumprimento em unidade de internação, ou em privação parcial da liberdade, no caso da medida de semiliberdade, que permite a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. Ambas, chamadas de medidas em meio fechado, somente serão aplicadas após procedimento regular de apuração do ato infracional, devendo a autoridade judiciária levar em conta os critérios estabelecidos no artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para a imposição da medida de internação, a saber, EXCETO:
- (A)** Atos cometidos mediante grave ameaça, como no caso da ameaça de morte
- (B)** Atos cometidos por meio de violência real, como no caso do homicídio, latrocínio ou roubo
- (C)** Atos praticados de forma principiantes
- (D)** Atos que representam descumprimento reiterado, e sem justificativa alguma plausível, da medida socioeducativa imposta anteriormente pelo juiz
- 40)** [...] tem como princípio contribuir com as áreas de proteção social básica e proteção social especial, por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos que revelam a realidade dos territórios e as necessidades da população. A sua produção tem o objetivo de contribuir com a Gestão na formulação, planejamento e execução das diversas ações para a oferta de serviço [...] (BRASIL, 2016).

A descrição se refere à:

- (A)** Diagnóstico social
- (B)** Trabalho em rede
- (C)** Rede intersetorial
- (D)** Vigilância socioassistencial